A epígrafe latina como elemento didáctico (XXX)

Autor(es): Encarnação, José d'
Publicado por: Associação Portuguesa de Estudos Clássicos; Instituto de Estudos Clássicos
URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/30312>
DOI: DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0872-2110_56_6
Accessed : 26-Apr-2023 04:15:54

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

Boletim de Estudos Clássicos

Associação Portuguesa de Estudos Clássicos
Instituto de Estudos Clássicos

Coimbra
Dezembro de 2011

A EPÍGRAFE LATINA COMO ELEMENTO DIDÁCTICO (XXX)

A nomenclatura imperial, a damnatio memoriae

Aproveitámos, nas notas anteriores,¹ o exemplo do marco do rio Tibre para se tecerem considerações acerca do modo como o imperador é identificado nas inscrições. Faltaram-nos duas referências – ao consulado e ao título de Pai da Pátria – que um outro testemunho pode exemplificar, ao mesmo tempo que haverá ensejo para explicar como, após a morte ou mesmo durante a vida, alguém pode ser homenageado ou... seu nome atirado para as profundezas do inferno!...

Aliás, se a atribuição de *divus* era «significante da sua divinização *post mortem*», certo é que a morte de alguém, mormente de um homem público, pode deixar-nos... indiferentes, tristes ou contentes! E esse contentamento pode assumir uma forma extrema, de erradicação da memória desse alguém, materializada, por exemplo, no martelamento do seu nome nos monumentos públicos.² Ontem... como hoje! E as mudanças toponímicas nas nossas urbes aí estão para o demonstrar!...

Vamos, pois, servir-nos da epígrafe muitas vezes citada,³ exarada num bloco de mármore, proveniente de Campa Torres (Gijón), nas Astúrias, que

---

¹ «A epígrafe latina como elemento didáctico (XXVIII)» [Os marcos do Tibre], *Boletim de Estudos Clássicos*, 54, Dezembro 2010, p. 71-75 – <http://hdl.handle.net/10316/14703>; «A epígrafe latina como elemento didáctico (XXIX)» [A nomenclatura imperial], *Boletim de Estudos Clássicos*, 55, Junho 2011, p. 39-42 – <http://hdl.handle.net/10316/15481>

² Cfr. GONÇALVES (Ana Teresa Marques), «Entre a lembrança e o esquecimento. Construindo e apagando memórias no mundo romano – Uma análise da *damnatio memoriae* de Geta», *Hélade* 4 2003-2004 12-25. Ou, sobre a personagem que mais directamente nos prende nesta nota, FLOWER (Harriet I.), «Rethinking ‘*Damnatio Memoriae*’: The case of *Cn. Calpurnius Piso Pater* in AD 20», *Classical Antiquity* 17(2), Oct. 1998, 155-187.

³ Conhecida desde o século XVI, pois que Emílio Hübner (*Corpus Inscriptionum Latinarum – II*, Berlim 1869, inscrição nº 2703), cita em primeiro lugar

se encontra num museu privado da cidade de Oviedo, o *Tabularium Artis Asturiensis*.

Reza o seguinte [Fig. 1]:

IMP(eratori) · CAESARI · AVGVSTO · DIVI · F(ilio) / CO(n)S(uli) · XIII (tertium decimum) · IMP(eratori) · XX (vigesimum) · PONT(ifici) · MAX(imo) / PATR(i) · PATRIAE · TRIB(unicia) · POT(estate) · XXXII (secunda et trigesima) / CN[[AEVS · CALPVRNIVS · CN(aei) · F(ilius) · PISO / LEG(atus) · PRO · PR(aetore)]]. SACRVM

«Ao imperador César Augusto, filho do Divino, 13 vezes cônsul, 20 vezes imperador, pontífice máximo, pai da pátria, no 32º poder tribunício – Gneu Calpúrnio Pisão, filho de Gneu, legado propretor, consagrado».

o historiador asturiano nascido na primeira metade desse século, Tirso de Avilés; é bem provável que o letreiro esteja incluído (não o pude confirmar) no manuscrito *Sumario de algunas antigüedades en letreros y lápidas de Asturias del tiempo de los romanos y reyes que están sepultados en su Principado desde el señor don Pelayo*. Quanto à identificação da personagem cujo nome constava nas linhas 4 e 5, Hübner pergunta se poderá ser *L. Sestius*, cônsul do ano 23 a. C., pois que, ao seu tempo, ainda se pensava que esta poderia ser uma das chamadas *Aras Sestianas*. Foi Sir Ronald SYME («A Governor of Tarraconensis», *Epigraphische Studien* 8 1969 125-133 = *Roman Papers*, II, Oxford, 1979, 732-741) que validamente argumentou a favor de se tratar de *Cn. Calpurnius Piso*, hipótese que mereceu apoio geral (veja-se *L'Année Épigraphique* [=AE] 1971 197) e que o achado do senatus-consulto de 10 de Dezembro do ano 20, que especifica o castigo a impor-se-lhe a ele e aos implicados nas suas actuações no Oriente, vem definitivamente confirmar (veja-se: CABALLOS RUFINO (Antonio), ECK (Werner) e FERNÁNDEZ GÓMEZ (Fernando), *El Senadoconsulto de Gneo Pisón Padre*, Sevilha, 1996). Por outro lado, a cuidada análise da documentação antiga, mormente dos relatos das escavações, trouxeram nova luz sobre o contexto inicial da epígrafe, que terá pertencido a um farol (daí, o topónimo ‘Torres’) localizado à entrada da baía de Gijón, com duas finalidades bem precisas: uma, concreta, de facilitar a navegação; outra, de tipo político: evidenciar o poder de Roma, numa zona de mui recente conquista: veja-se FERNÁNDEZ OCHOA (Carmen), MORILLO CERDÁN (Á.) e VILLA VALDÈS (Á.), «La torre de Augusto en la Campa Torres (Gijón, Astúrias). Las antiguas excavaciones y el epigrafe de Calpurnio Pisón», *Archivo Español de Arqueología* 78 2005 129-146 (sintetizado em HEp 2005 20 e em AE 2005 851).

Fig. 1

1. O consulado

Era o consulado a magistratura suprema a que podia ascender o membro da classe senatorial. Dois côsules, eleitos anualmente, iguais em direitos, cujas funções nem sempre foram as mesmas ao longo da história romana, podendo falar-se, pelo menos, de três períodos, nesse contexto: a República, o Império até ao reinado de Constantino e, o terceiro, desde Constantino a Justiniano.

Interessa-nos saber, neste caso, que atribuições lhes eram dadas nos primórdios do Império. No fundo, o comando do exército já deixara de ser seu apanágio, inclusive no período republicano. O imperador Augusto chamara a si tal prerrogativa e a vontade de ser nomeado cônsul assenta, a maior parte das vezes, no desejo de ser ele a dar o nome ao ano, mormente se se pensasse que o ano seguinte poderia vir a ser especial; na verdade, os anos identificavam-se precisamente pelos nomes dos côsules, como se sabe.⁴

Conforme explicita a inscrição, nesta altura o imperador Augusto já fora eleito cônsul por treze vezes. Claro que se tratava de título honorífico, pois as funções ainda inerentes a ele eram exercidas pelos côsules *suffecti*

---

⁴ S. v. «consul», apresenta G. Bloch exaustivo artigo, ainda hoje clássico, no *Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines*, de Daremberg e Saglio (p. 1455-1481).

(substitutos). O XIII consulado corresponde ao ano 2 a. C. E Augusto não voltaria a reivindicar essa honra.

Aproveite-se o ensejo para explicar como se obtém a datação para a epígrafe.

O 32º poder tribunicio exerceu-o Augusto de 1 de Julho do ano 9 a 30 de Junho de 10; a 20ª saudação imperial foi-lhe feita, porém, apenas no ano 11. Há, pois, uma contradição aqui, que os investigadores têm procurado explicar.⁵ Não que, por esse motivo, a epígrafe possa ser considerada falsa, mas porque há que encontrar uma razão; e, a meu ver, é que as saudações imperiais não tinham um carácter tão rigoroso para constarem dos anais da Urbe; aliás, trata-se apenas da diferença de meses e pode até ter acontecido que alguma saudação imperial tenha sido feita, entretanto, e o imperador a tenha oficialmente recusado, como escreve nas *Res Gestae* (4.1): «O Senado decretou-me diversas vezes mais o triunfo; de todas eu me escusei».⁶ Refere-se concretamente ao triunfo curul, mas é possível que essa atitude também a possa ter adoptado em relação à saudação imperial. Por outro lado, trata-se de um período em que as saudações imperiais coincidem com as de Tibério, a quem se atribui, dubitativamente, a V saudação no ano 10;⁷ não admiraria, portanto, que a esta finissera as notícias não chegassem, então, com toda a nitidez e, num caso destes, vale mais pecar por excesso que por defeito. Aliás, Francisco Diego Santos aduz argumentos mais do que suficientes inclusive para se pensar que a 20ª saudação imperial possa ter ocorrido mesmo no ano 10. Tem sido, pois, aceite que a inscrição date do período atrás referido: 2º semestre de 9 ou 1º do ano 10.

2. *Pai da Pátria*

Não é sem uma ponta de orgulho que Augusto conclui assim as *Res Gestae* (35.1):

«Estava eu no meu décimo terceiro consulado, quando o Senado, a ordem equestre e o Povo Romano inteiro me designaram Pai da Pátria e

---

⁵ Francisco DIEGO SANTOS, «Salutación "Imperator XX" de Augusto, según la inscripción del Cabo Torres (CIL II 2703)», *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos* 34 1958 234-241.

⁶ «Os Feitos do Divino Augusto», 4.1, in PEREIRA (Maria Helena da Rocha), *Romana (Antologia da Cultura Latina)*, Universidade de Coimbra, 4º2000, p. 110.

⁷ Cf. CAGNAT (René), *Cours d'Épigraphie Latine*, Paris, 4º1914, p. 180 (n. 1) e 182.

decidiram que esse título se inscrevesse no átrio da minha casa, na Cúria Júlia e no *Forum Augustum*, na quadriga que me tinha sido dedicada por deliberação do Senado».⁸

Tratava-se, na verdade, de uma grande honra, dado que se prende com as mais antigas tradições romanas! Fora Rómulo o «pai da Pátria» por excelência, o fundador. O título, porém, atribuiu-se, ao longo da história de Roma, a personagens que se notabilizaram como «salvadores da Pátria»: foi o caso de Camilo após a vitória sobre os Gauleses ou de Cícero quando venceu Catilina. Sem dúvida, aqui, o coroar de muito favorável reconhecimento!

3. *Damnatio memoriae*

A ‘condenação da memória’ é, ao invés, o oposto: o anátema! Decrete-se que, além do mais, o nome do ‘danado’ seja apagado por martelamento de todos os monumentos em que figure!

Gneu Cornélio Pisão substituíra, em 4 d. C., *Paullus Fabius Maximus*, por ocasião de um movimento generalizado de substituição dos partidários de Tibério pelos de Augusto em lugares cimeiros da administração imperial. Sabemos que não fora consensual a escolha de Tibério para imperador, polémica que a enigmática morte de Germânico mais acentuou. Tibério teve, pois, de lançar mãos de todos os estratagemas para readquirir a confiança do Povo. Não só havia decretado as maiores honras fúnebres a Germânico,⁹ como habilmente soube manobrar os senadores para condenarem Pisão, acusado de ter contribuído para a sua morte, sendo, porventura, ele o assassino.¹⁰

---

⁸ Sigo a tradução da Professora Maria Helena da Rocha Pereira, o. c., p. 121.

⁹ Cf. as determinações, nesse sentido, exaradas na *Tabula Siarensis*: GONZÁLEZ (Julián) e ARCE (Javier) [edit.], *Estudios sobre la Tabula Siarensis* (Anejos de Archivo Español de Arqueología, IX), Madrid, 1988. Vem na sequência dessa atitude a reabilitação de Agripina, mulher de Germânico, já ao tempo do seu sucessor, Calígula: cf. ENCARNACIÓN (José d’), «Uma homenagem a Agripina, mulher de Germânico», *Conimbriga* 23 1989 157-167; IDEM, «O culto imperial na epigrafia da Lusitânia ocidental: novidades e reflexões», in NOGALES (Trinidad) e GONZÁLEZ (Julián) [edit.], *Culto Imperial: Política y Poder* (Actas do congresso realizado no Museo Nacional de Arte Romano, Mérida, 18-19.05.2006), Roma, 2007 p. 358-361 [Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/10506>].

¹⁰ Os aspectos mais relevantes constantes da acusação formulada no *senatus-consulto* estão resumidos pelos citados autores nas pp. 162-163 do seu estudo.

Caballos Rufino, Werner Eck e F. Fernández analisam exaustivamente o texto e o contexto do senatus-consulto referido e assinalam, curiosamente (p. 182), que apenas duas inscrições – das que se conhecem... – foram, afinal, alvo da *damnatio memoriae*: uma de Roma (CIL VI 385) e esta das Astúrias; outras subsistem sem que o seu nome haja sido martelado. Concluem os autores que «en el caso de Pisón no se trataba de una total anulación de su memoria. Ésta se conservaría, si bien como ejemplo negativo, precisamente por la decisión senatorial de publicar de una forma particular todo el asunto (línea 165 ss.)».

Em conclusão:

Temos procurado mostrar, ao longo de quinze anos de colaboração ininterrupta neste *Boletim*¹¹, como a inscrição pode ser suculento aperitivo de análise em termos de didáctica da língua e da história latinas.

O exemplo ora trazido à colação demonstra-o cabalmente, atendendo às inúmeras implicações que convoca: políticas, sociais, económicas e, até, religiosas! É que, na verdade, nem referimos a estranha palavra – SACRVM – que figura no final. Esperar-se-ia uma forma verbal, a explicitar a acção do dedicante: *faciendum curavit, dedit dedicavitque, donum dedit...* Ao invés, não: está apenas SACRVM, «consagrado». Seria caso para alguma desconfiança se outros exemplos não houvera e um deles proveniente também de um porto de mar romano, *Salacia*, Alcácer do Sal.¹² No bloco arquitectónico [Fig. 2], mandado lavrar por um indígena, *Vicanus Bouti filius*, ao imperador Augusto, em 5/4 a. C., destinado, mui provavelmente, a servir de lintel na entrada de num templo,¹³ a palavra final é apenas SACRVM. O imperador é, pois, visto no seu estatuto divino – em *Salacia* e nos confins das Astúrias, menos de década e meia depois. Um culto que estava a dar os primeiros passos, mas que longamente se manteria.¹⁴

---

¹¹ Iniciada em Junho de 1996.

¹² ENCARNÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, 1984, inscrição nº 184.

¹³ Essa a opinião que temos adoptado até ao momento, mas o contributo de Carmen Fernández Ochoa e seus colegas, sugerindo, para Campa Torres, a existência de um farol, pode levar a reconsiderar a hipótese...

¹⁴ Este estudo integra-se no projecto de investigação do grupo *Epigraphy and Iconology of Antiquity and Medieval Ages*, do Centro de Estudos Arqueológicos das

Fig. 2

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

Universidades de Coimbra e Porto (Unidade I&D n° 281 da Fundação para a Ciência e a Tecnologia).